

RECURSO ESPECIAL Nº 1.756.799 - PR (2018/0189889-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRENTE : INES EVA DEZAM BERTO (REC. ADESIVO)
ADVOGADO : CLECI MARIA DARTORA - PR013741
RECORRIDO : OS MESMOS

DESPACHO

Trata-se de recurso especial, com proposta de julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, consoante art. 1.036 do CPC/2015 e art. 256 do RISTJ, no qual se discute a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial de aposentadoria por tempo de contribuição de professor, quando reunidos os requisitos para concessão do benefício após a edição da Lei 9.876/1999.

Considerando que se encontra pendente de julgamento, pela Primeira Seção do STJ, o REsp 1.668.984/RS, atualmente aguardando voto-vista do Ministro Benedito Gonçalves, no qual se decidirá a competência do STJ para o julgamento da matéria, em razão do conteúdo do acórdão recorrido ser oriundo de controle de constitucionalidade incidental perante o TRF-4ª Região, deixo de proceder à análise do preenchimento dos requisitos formais para a admissão do recurso, previstos no art. 256-E, II, do RISTJ, a fim de aguardar o pronunciamento final da Primeira Seção.

Comunique-se com brevidade o teor do presente despacho ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que selecionou o presente recurso como representativo da controvérsia, informando-lhe que deverão permanecer suspensos os processos em tramitação perante o primeiro e segundo graus de jurisdição, envolvendo o tema, em observância ao § 1º do art. 1.036 do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator